

A (des) articulação entre a Educação e a Assistência Social no Programa Bolsa Família

Resumo

Trata-se de uma pesquisa realizada na EEEFM 'Zaíra Manhães de Andrade' em Nova Rosa da Penha, Cariacica/ES. O objetivo foi analisar como a escola percebe alunos beneficiários do Bolsa Família e se desenvolve alguma ação na perspectiva da proteção integral de seus alunos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis representantes da escola e um estudo documental a partir do cadastro único das famílias inscritas no programa. Como resultado, verificou-se uma desarticulação entre a política de educação e de assistência social. Não há por parte da maioria das entrevistadas preconceito para com os beneficiários, no entanto, permanece uma visão romantizada da assistência social, enquanto ajuda e bem-estar. A escola não desenvolve ações em parceria com a política de assistência social, em particular com o Bolsa Família.

Palavras chave: Assistência Social, Educação, Bolsa Família

1- Introdução

Esse artigo apresenta os resultados de uma pesquisa integrada entre três professoras e nove bolsistas do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais do Departamento de Serviço Social da Ufes. Como recorte da pesquisa, o objeto deste estudo é a concepção dos técnicos da EEEFM 'Zaira Manhães de Andrade' sobre as famílias dos alunos matriculados na instituição que recebem o benefício Bolsa Família. Esta escola está situada no bairro Nova Rosa da Penha, Cariacica, ES.

A escola foi escolhida como universo da pesquisa a partir de um levantamento feito pela Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC) no segundo semestre de 2005 que a identificou como a que concentra maior número de alunos beneficiários do Bolsa Família, totalizando 450 (PMC, apud COUTINHO, 2005).

O programa do Governo Federal 'Bolsa Família', é política social pública de Assistência Social, que atua na perspectiva da proteção social básica. "Tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (BRASIL, 2004, p. 27).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), "Os serviços, programas, projetos e benefícios, deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e dos indivíduos atendidos, de forma a prevenir as condições de vulnerabilidade" (BRASIL, 2004, p. 28).

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), no artigo 4, preconiza que crianças e adolescentes têm direito à proteção social integral, e que esta deve ser uma ação coletiva entre Estado, família e sociedade civil. A escola é espaço por excelência de execução da política social de Educação, e tem por atribuição, cumprir o papel de parceira da política de Assistência Social.

A escola emite declaração de matrícula dos alunos das famílias a serem cadastradas, bem como, emite trimestralmente, parecer sobre a frequência às aulas. No entanto, na perspectiva da proteção integral, é fundamental que a escola desenvolva ações programáticas com estes alunos, bem como com suas famílias.

De acordo com Carvalho e Azevedo (2004 p. 2), “estas ações são um bem público comunitário, e se constituem capital social das próprias populações vulnerabilizadas pela pobreza e escassez de oportunidades e serviços (...), e contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades, ampliação do universo cultural e convivência em grupo, na perspectiva da inclusão social”.

A educação é reconhecida como condição fundamental para que as novas gerações possam participar de modo mais crítico e com maior competência na definição dos destinos da humanidade (Carvalho e Azevedo, 2004), porém, no Brasil, é nítida a crise no sistema educacional e sua interface com a problemática da vulnerabilidade social em que se encontra grande parcela da população.

Para a realização desta pesquisa, partiu-se do pressuposto de que apesar da escola desempenhar o papel de controlar a frequência dos alunos incluídos no Bolsa Família, os professores e o corpo diretivo não têm clareza sobre o Programa e nem da relação que pode se estabelecer na escola entre as Políticas de Educação e Assistência Social.

Tendo como objetivo geral, identificar o que a escola pensa acerca das famílias de alunos beneficiadas pelo programa ‘Bolsa Família’, e como objetivos específicos: traçar o perfil das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família; verificar se o corpo técnico escolar concebe a criança e sua família como sujeitos de direitos ou como indivíduos meramente recebedores de uma ação caritativa; analisar se a escola cumpre o papel de co-responsável pela proteção integral dos alunos cujas famílias são beneficiárias do programa ‘Bolsa Família’.

Algumas perguntas-chave conduziram a coleta de dados: Qual o olhar da diretoria, da equipe técnica e dos professores sobre as famílias que recebem benefício de Assistência Social? A escola se percebe co-participante do processo de proteção integral de crianças e adolescentes, em especial, de seus alunos? A escola cria canais de participação a fim de que as famílias se insiram no espaço escolar?

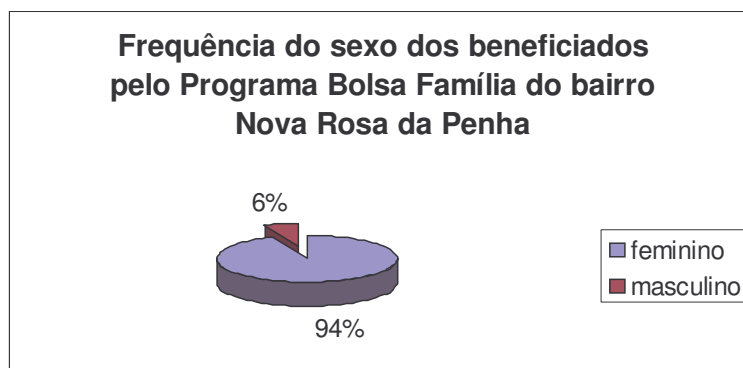
Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas (gravadas) com: a diretora, duas coordenadoras do turno matutino e duas coordenadoras do turno vespertino. As respostas foram mensuradas e agrupadas por frequência de acordo com as perguntas-chave supracitadas, a análise dos dados se deu à luz das categorias teóricas ‘assistência social’ e ‘educação’.

Foi realizada também pesquisa documental a partir do cadastro das famílias incluídas no Programa Bolsa Família em Cariacica. Ao definir o número de famílias que seriam incluídas no estudo do Cadastro Único, levou-se em consideração o fato da Escola Zaira Manhães de Andrade possuir 450 famílias cadastradas, entre estes foram extraídos aleatoriamente 83 documentos para a coleta de dados e análise do perfil das famílias.

2 Resultados

Em seguida será apresentado o perfil das famílias atendidas pelo Bolsa Família com base no cadastramento único para programas sociais do governo federal na Secretaria de Ação Social da PMC, sendo possível demonstrar o perfil socioeconômico, sexo, raça, estado civil, nível de escolaridade, qualificação profissional dos beneficiados pelo programa.

Dos 83 cadastros pesquisados, 78 beneficiados são do sexo feminino (94%) e apenas cinco (5) do sexo masculino (6%). Como representa gráfico abaixo:

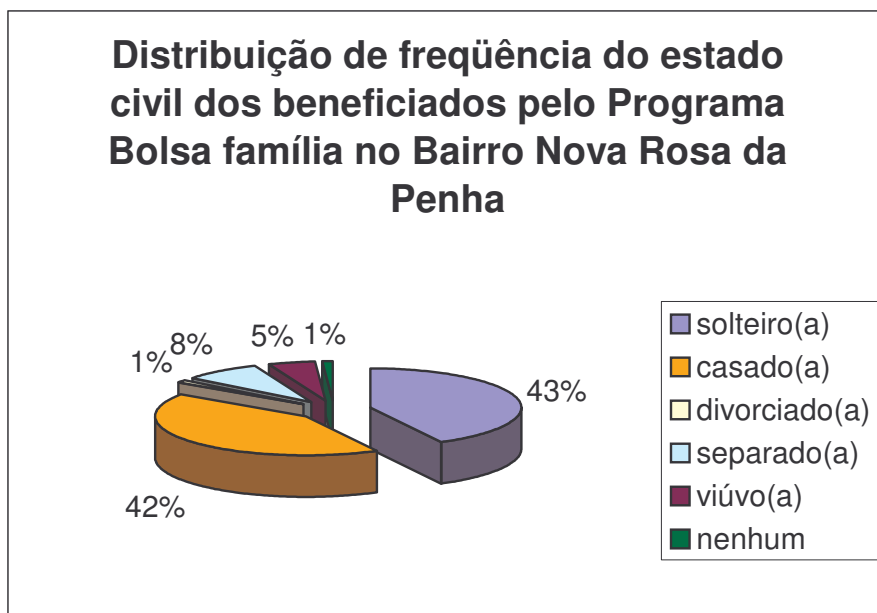


Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Cariacica, 2004.

Gráfico 1: Distribuição de freqüências do sexo dos beneficiados pelo programa Bolsa família em Nova Rosa da Penha.

O fato da maioria dos beneficiados pelo programa ser do sexo feminino evidencia a posição que a mulher ocupa hoje na sociedade. VITALE (2004) afirma que as mulheres chefes de família costumam ser também 'mães de família': acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes.

Com relação ao item estado civil, 35 pessoas são solteiras, 35 são casadas, uma (1) pessoa é divorciada, sete (7) são separadas, quatro (4) são viúvas e uma (1) pessoa não se enquadrou em nenhum dos itens citados acima.

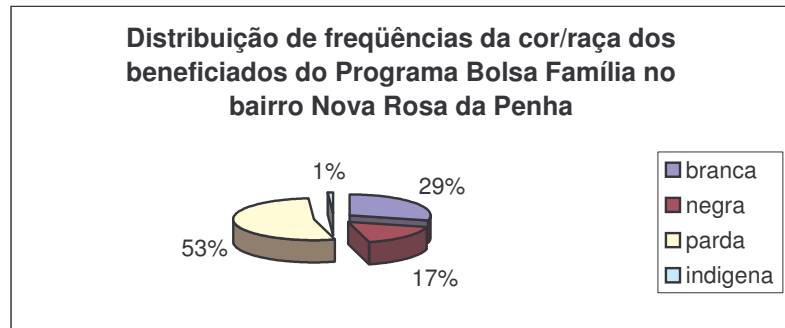


Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Cariacica, 2004.

Gráfico 2: Distribuição de freqüências do estado civil dos beneficiados pelo programa Bolsa família em nova rosa da Penha.

A identificação do estado civil pode sofrer distorções, na medida em que pessoas podem identificar o estado civil registrado no documento oficial e não a sua situação real (ex. amasiadas se identificam como solteiras, e assim por diante), entretanto, os dados acima correspondem a estudos do IBGE que indicam que as famílias chefiadas por mulheres vêm crescendo nas últimas décadas.

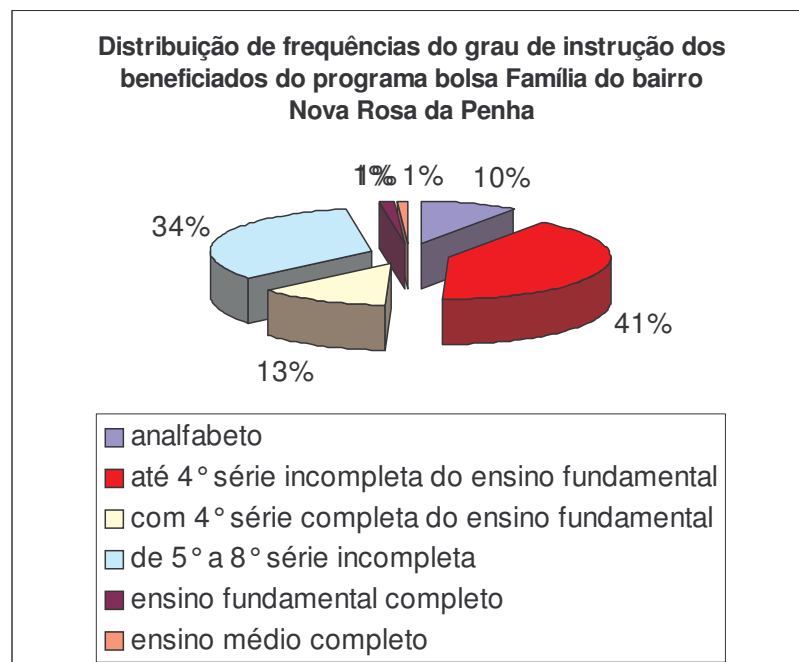
VITALE (2004) utiliza a expressão “famílias monoparentais” para expressar essa realidade. Para a autora famílias monoparentais femininas e pobreza acabam, de um lado, por construir outro estigma, o de que as mulheres são menos “capazes” para cuidar de suas famílias ou para administrá-las sem um homem. Por outro ângulo, convém, ressaltar que a associação entre famílias monoparentais, chefiadas por mulheres e pobreza aponta claramente estes segmentos como foco de critérios para programas sociais.



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Cariacica, 2004.

Gráfico 3 Distribuição de freqüências da cor/raça dos beneficiados pelo programa Bolsa família em Nova Rosa da Penha.

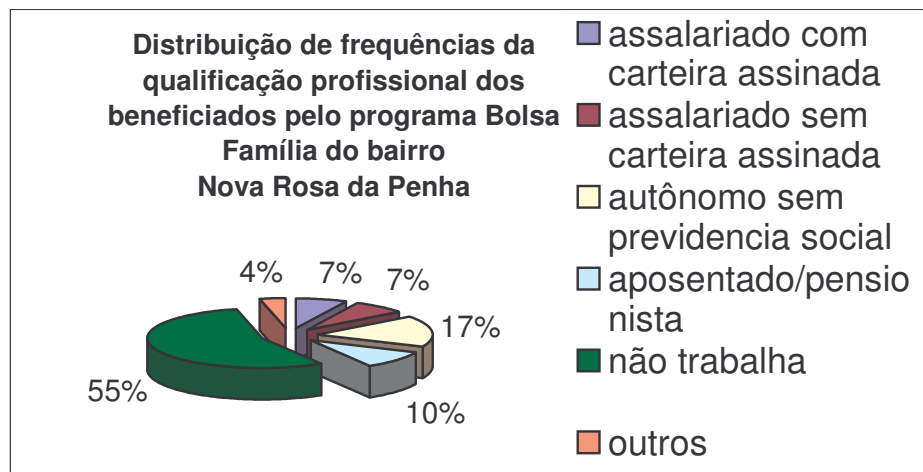
Como pode ser observado, a raça branca é minoria entre os beneficiados, o que confirma que entre os pobres encontram-se uma parcela significativa de negros e pardos, excluídos ao longo da história do Brasil das oportunidades sociais e do acesso às riquezas societárias, tornando-se alvo de programas focalizados como o bolsa família. A situação se agrava quando se cruza esses dados com o nível de escolaridade, de acordo com gráfico abaixo, além do alto índice de analfabetismo (10%), aqueles que não completaram o ensino fundamental totalizam 88%. Isso demonstra a falta de acesso da população às políticas públicas voltadas para a área educacional.



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Cariacica, 2004.

Gráfico 4: Distribuição de freqüências da qualificação escolar (grau de instrução) dos beneficiados pelo programa Bolsa família em Nova Rosa da Penha.

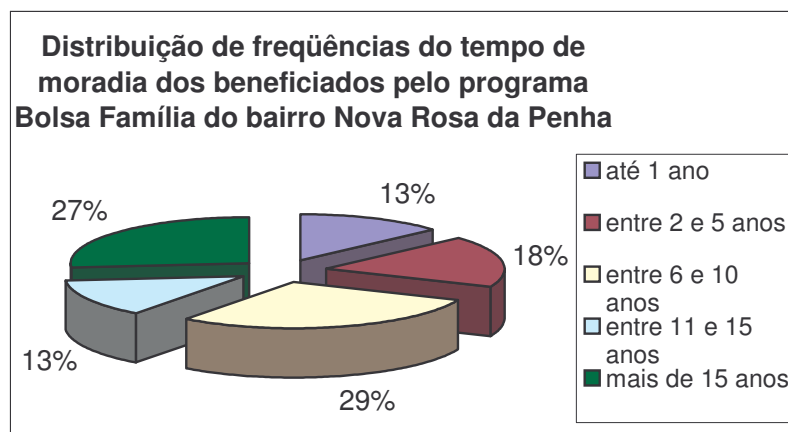
No item qualificação profissional do cadastramento, observou-se que a maior parte dos 83 beneficiados pelo programa não trabalha, totalizando 45 pessoas. Os outros quesitos obtiveram menos respostas: seis (6) assalariados com carteira de trabalho, seis (6) assalariados sem carteira de trabalho, 14 autônomos sem previdência social, oito (8) aposentados/pensionista, e três (3) pessoas responderam outros quesitos.



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Cariacica, 2004.

Gráfico 5: Distribuição de frequências da qualificação profissional dos beneficiados pelo programa Bolsa família em Nova Rosa da Penha.

Segundo Iamamoto (2003), não é possível desconhecer a crescente diferenciação ou heterogeneidade das formas de trabalho remunerado e das classes trabalhadoras, ante a tendência de retração da demanda do trabalho industrial e agrícola e o crescimento relativo da capacidade de absorção do setor de serviços, já em saturação. Alia-se o significativo aumento do contingente de mulheres, jovens e crianças que passaram a integrar a população economicamente ativa. Constata-se ainda, a convivência de formas de trabalho assalariado com o trabalho autônomo, doméstico, clandestino e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, com amplo comprometimento das conquistas e direitos trabalhistas, assim como das tradicionais estratégias de organização e luta sindical. Em seguida serão apresentados dados referentes ao tempo de moradia.



Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 2004.

Gráfico 6: Distribuição de freqüências das características da família (tempo de moradia) dos beneficiados pelo programa Bolsa família em Nova Rosa da Penha.

No item tempo de moradia observa-se que 11 beneficiados moram no mesmo domicílio há aproximadamente um ano, 15 estão entre dois e cinco anos na mesma residência, 24 beneficiados estão entre seis e dez anos no local indicado, 11 pessoas estão no local indicado entre 11 e 15 anos e 22 beneficiados então há mais de 15 anos no mesmo domicílio.

Esses dados indicam que existe um enraizamento no bairro, o que contribui para a construção da identidade com o local de moradia, da construção de laços de vizinhança, de redes de sociabilidade, e até mesmo do envolvimento em lutas e organizações locais. Entretanto, esse fator favorável à construção de redes de apoio e proteção à família, nem sempre se efetiva pelo isolamento, pelo medo da violência, pela cultura do individualismo, pela falta de tempo para participar dos espaços públicos, devido à luta pela sobrevivência, ao desemprego, ao analfabetismo, entre outros.

Em seguida será apresentado o resultado das entrevistas com os técnicos da EEEFM 'Zaira Manhães de Andrade' com o objetivo de analisar como a escola percebe alunos beneficiários do Bolsa Família. Os resultados indicam que a média de atuação das técnicas é de 15,2 anos. Ao serem questionadas se sabiam há quantos anos os alunos da instituição recebem o benefício Bolsa Família, foram unânimes ao dizer que seria necessário recorrer à secretaria para obter esta informação. No entanto, duas entrevistadas responderam que deveria ser em torno de cinco anos, sendo que uma respondeu dez anos.

Essas respostas expressam um desconhecimento sobre o programa, pois, segundo dados do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS do Governo

Federal (2006), o Programa Bolsa Família foi criado em 2003 para unificar diversas iniciativas dispersas em um único programa de transferência de renda de ampla abrangência nacional, tendo, portanto, três anos de existência.

Sobre os objetivos do Programa disseram não saber muito, dando ênfase em suas respostas à aquisição de material escolar (e até mesmo material didático e uniforme, que devem ser garantidos pelo Estado), o que expressa a visão do Programa apenas enquanto Bolsa Escola. Durante as respostas apareceram repetidas vezes as palavras 'ajuda' e 'carente', demonstrando o legado da caridade que a assistência social traz em seu bojo.

Uma das entrevistadas comentou não aprovar a existência do Programa por considerá-lo paternalista, alegando que o Governo Federal deveria criar outras alternativas. Destacou que o mesmo não estimula o trabalho, acomodando os indivíduos, e que o Estado está fazendo o papel da família na manutenção dos filhos, o que considera negativo. Apesar de um discurso questionador, não considera que os técnicos do programa podem desenvolver estratégias de resistência. Segundo o site do MDS (2006) os objetivos do Programa Bolsa Família deveriam superar esse caráter paternalista ao: "Promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, (...) o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações" (MDS, 2006) .

O conhecimento por parte da escola dos objetivos concretos do Programa Bolsa Família é de fundamental importância, tendo em vista que esta relaciona-se diretamente com as famílias podendo, portanto, estimulá-las criando canais que levantem suas dificuldades e desenvolvam suas potencialidades, através de programas complementares.

Ao ingressar no programa, a família "se compromete a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde: o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação" (site MDS, 2006).

A imposição dessas condicionalidades descaracteriza os direitos sociais, no caso, a Assistência Social, no que se refere a sua universalidade inscrita na Constituição Federal (1988) e na Lei Orgânica da Assistência Social (1992).

Entretanto existe uma confusão, por parte do corpo técnico, acerca do termo 'condicionalidades', algumas não sabem seu significado, outras confundem com critérios de

inclusão, conforme algumas respostas: “famílias que recebem até ou menos de um salário mínimo”; “famílias que têm um número elevado de filhos e não têm condições de mantê-los”, “famílias que têm mais de dois filhos”.

Caso a escola possuísse elementos para uma reflexão crítica sobre as Políticas de Transferência de Renda e conhecesse as condicionalidades do Programa Bolsa Família, poderia desempenhar um papel importante junto às famílias problematizando o Programa, questionando suas condicionalidades e ampliando horizontes, pois é função da educação desenvolver reflexão crítica sobre a realidade.

Houve queixas por parte de todas as entrevistadas quanto à ausência de reuniões tanto na Secretaria Municipal de Educação, quanto na Secretaria Municipal de Assistência Social para informar ao corpo diretivo escolar sobre o Bolsa Família. Alegaram não saber da existência de trabalho integrado entre as pastas municipais com a finalidade de garantir o cumprimento efetivo dos objetivos do Programa sob a perspectiva da colaboração mútua, articulação entre as políticas públicas e proteção integral.

Esse distanciamento reflete a forma como obtêm informações sobre o Programa, a maioria através da mídia televisiva e impressa, em particular, os jornais. Os materiais fornecidos pelo Governo Federal via Prefeitura Municipal de Cariacica (cartazes e *folders*) foram lembrados como material de informação, porém, para as famílias, pelo fato de serem recebidos pela instituição apenas no período de cadastramento/ recadastramento, sendo estes afixados nas paredes da escola.

Uma das entrevistadas respondeu não buscar muitas informações alegando não precisar do benefício, ou seja, não ter direito de recebê-lo por não se enquadrar no perfil de beneficiários. Destacou que ao necessitar saber algo a respeito procura os funcionários técnico-administrativos da secretaria da instituição.

Quanto à colaboração da prefeitura local para o estímulo aos educandos através de oportunidades diversas, alegou-se ser esta inexistente, havendo apenas por parte da escola a busca por inovação na área pedagógica tais como, encenações, trabalhos musicais e demais atividades que desenvolvam a auto-estima das crianças e adolescentes.

Sobre o papel da família no Programa, as respostas, em geral, foram de requisição de maior participação dos pais na vida escolar, de colaboração mútua e não de cobrança excessiva à escola. Houve o entanto uma fala romantizada que expressa mais uma vez a visão

estereotipada da assistência social, que dizia que as famílias deveriam “abraçar com muito amor isso aí, porque o governo ajuda” (sic)

Atribuem importância ao bom investimento por parte das famílias dos recursos recebidos, de modo que as crianças e adolescentes tenham subsídios para estudar a fim de que no futuro, não tornem a ser destinatários da Assistência Social. Houve falas inclusive de incentivo a maiores cobranças e fiscalização das famílias para que “invistam bem” os recursos, porém a escola em si, não faz nenhum tipo de acompanhamento com as famílias, a não ser, as reuniões bimestrais que são comuns à escola.

Sobre a opinião pessoal a respeito das famílias que recebem benefícios de Assistência Social, em particular, o Bolsa Família, quatro entrevistadas disseram não notar diferença comparando-as com as demais famílias. Alegaram estar os sujeitos acessando um direito que lhes é garantido legalmente, e que o perfil dos moradores do bairro torna difícil a discriminação por haver certa homogeneidade. Contudo, uma afirmou haver diferença, pois quando seus representantes vão à escola, em geral, comparecem embriagados, sendo necessário encaminhá-los para o “Conselho Tutelar pelo fato de possuir um psicólogo” (sic).

Quanto ao comportamento dos alunos beneficiados em relação aos demais, não foram destacadas particularidades ou diferenças pelos mesmos, apenas uma destacou que são “alunos que não querem nada com nada” e que faltam muito às aulas”. As diferenças foram destacadas pelo mesmo técnico que se posicionou contrariamente à existência do Programa.

Os resultados indicam um conhecimento mínimo das técnicas sobre o Programa Bolsa Família, sendo a concepção do Programa restrita apenas ao Bolsa Escola. Não há conhecimento claro sobre a política de renda mínima em questão, seus objetivos e as condicionalidades impostas às famílias. Notou-se ausência de interesse em informar-se sobre o mesmo, contudo, observou-se também, a ineficácia dos instrumentos de comunicação governamentais em informar quem está na execução das políticas sociais, bem como, a não preocupação das secretarias em capacitá-los para este fim.

A escola não desenvolve nenhuma atividade especial com os alunos beneficiários do Bolsa Família, nem com suas famílias. Os pais de todos os alunos são convocados periodicamente para reuniões, e nestes espaços toca-se nesse assunto, mas não como pauta ou motivo de convocação, mas como assunto extraordinário.

A Política de Assistência Social, e em particular, o Programa Bolsa Família, no município de Cariacica, é efetuada de modo isolado, não havendo articulação entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e as demais (inclusive a Secretaria Municipal de Educação) para maior e melhor efetivação das ações.

A visão da escola, levando-se em consideração apenas o corpo diretivo do ensino básico regular, é mesclada entre o direito e a concepção conservadora de assistência social, de 'ajuda' e 'benesse'. Ao mesmo tempo em que foi dito pela maior parte das entrevistadas que as famílias estavam acessando um direito que lhes era garantido por lei, compareceu constantemente às falas termos que expressam visão romantizada acerca do Estado e das políticas sociais públicas, sendo estes vistos, respectivamente, como 'doador' e 'doação'.

Não se notou, portanto, visão preconceituosa das técnicas em relação às famílias, contudo, a concepção de sujeitos de direitos não foi suficiente para o desenvolvimento de ações integradas entre as Políticas de Educação e Assistência Social, e nem determinante para a efetuação dos projetos sociais complementares desenvolvidos pela escola.

3 CONCLUSÃO

O perfil das famílias indica que estes são cidadãos desprotegidos por não estarem incluídos ou usufruírem precariamente dos serviços das políticas básicas e, ou, por se encontrarem fora das malhas de proteção alcançadas pela via do trabalho, ou seja, por apresentarem em seu cotidiano as diversas interfaces da questão social. Cariacica é um município com inúmeros problemas sociais, e neste contexto o Programa Bolsa família não vem trazendo mudanças efetivas na vida das famílias beneficiadas, já que o programa nesta cidade não passa de uma transferência de renda.

Observa-se que as Políticas de Educação e de Assistência Social são fragmentadas, agindo autonomamente, sem articulação para promoção de ações comuns ou complementares. Ainda é frágil a relação entre as Políticas de Assistência Social e Educação. Ambas têm sido direcionadas a compensar as carências das famílias vulnerabilizadas pela pobreza sem desenvolver, contudo, programas e projetos que possibilitem o empoderamento das mesmas, a fim de que transitem pelos espaços públicos e se organizem na luta por seus direitos, e questionem a transferência de renda como uma alternativa de enfrentamento à pobreza.

Segundo Carvalho e Azevedo (2004) “(...) pensar em políticas de proteção ao grupo infante-juvenil é problematizar hoje, a ausência de oportunidades para esta população. Então, no caso brasileiro, proteção social é, sobretudo, oportunizar!” (CARVALHO & AZEVEDO, 2004, p. 3)

A Assistência Social aliada ao processo educacional é então, nos termos das mesmas autoras, “uma estratégia de produção de equidade”. Fala-se de proteção social pela via de oportunidades de acesso a serviços e programas socioculturais e lúdicos, disponíveis no microterritório, através da interlocução entre escola e prefeitura, organizações não-governamentais (ONG's), igrejas, empresas e membros da comunidade local.

Nessa perspectiva, o trabalho integrado entre Assistência Social e Educação deve direcionar-se no sentido de possibilitar a necessária interlocução entre proteção social e educação, no desenvolvimento de trabalhos sócio-educativos com os alunos e suas famílias, na parceria entre atores locais ao entorno escolar, e em uma atuação que desenvolva a auto-estima, a autonomia, e a emancipação dos indivíduos sociais com vistas ao pleno exercício da cidadania, indo para além da mera transferência de recursos públicos.

É perceptível ainda, na contemporaneidade, o impacto que a adoção do ideário neoliberal pela política econômica brasileira ocasiona nas políticas de cunho social tais como, sua crescente fragmentação e focalização, entrando em choque com o princípio da universalização das políticas preconizado pela Constituição Federal de 1988, e tornando os programas e projetos sociais públicos cada vez mais seletivos. Essa seletividade faz com que as pessoas beneficiárias da Política de Assistência Social, em particular, tenham uma evidência negativa, sendo vistas como alvo de caridade e ajuda.

Nota-se que há uma desconsideração da importância da Assistência Social Pública, em especial, do Bolsa Família, para a Educação, que não é vista como potencializadora da permanência do aluno na escola, como um estímulo e propiciadora de condições mais adequadas para o aprendizado.

Por sua vez, a Assistência Social, por falta de vontade política, ou até mesmo, por falta de clareza do papel que poderia ser desempenhado pela Educação, não propõe um trabalho conjunto a fim de que o Programa se dê de modo que gere mudanças efetivas na vida das famílias beneficiárias. Há que se considerar que a escola poderia ser espaço de exercício da

consciência crítica tanto dos alunos quanto de suas famílias, da troca de experiências entre os beneficiários, de mobilização e organização da comunidade para o controle social das políticas públicas, dentre outras atividades.

4 Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Brasília, 1990.

_____. **Constituição 1988**. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS**. Brasília, 1992

_____. **Política Nacional de Assistência Social-LOAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2004

CARVALHO, M^a. do C. B.; AZEVEDO, M^a. Júlia. Ações complementares à escola no âmbito das políticas públicas. **Encontros Regionais de Formação** - Muitos lugares para aprender. São Paulo: Cenpec, 2004

COUTINHO, A. S. **Relatório Parcial de Iniciação Científica** - PIBIC/ UFES, 2005-2006

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MDS <<http://www.mds.gov.br>> acessado em abril de 2006

VITALE, Maria Amália Faller (org.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2004, p . 109-125.